



ACÓRDÃO Nº322/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11590/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Tabatinga – IPRETAB.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Altenor Lopes Magalhães (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1336/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Tabatinga - IPRETAB. Exercício de 2017.

Irregularidade. Multa. Ciência. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do Instituto de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Tabatinga - IPRETAB, sob a responsabilidade do **Sr. Altenor Lopes Magalhães**, Presidente do IPRETAB no exercício de 2017, considerando as restrições remanescentes de nº 3, 6, 8, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22 do Relatório Conclusivo – 07/2019 - DICERP (fls. 394/418) e descritas no Relatório/Voto, nos termos do art. 22, inciso III, “b” c/c o art. 25, ambos da Lei nº 2423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Altenor Lopes Magalhães** no valor de **R\$ 15.000,00**, pelas restrições remanescentes de nº 3, 6, 8, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22 do Relatório Conclusivo – 07/2019 - DICERP (fls. 394/418) e descritas no Relatório/Voto, com base no art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM. A multa deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.



ACÓRDÃO Nº322/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.2.1. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.3. **Dar ciência** ao Ministério da Previdência Social a respeito das irregularidades detectadas no IPRETAB no exercício de 2017, enviando-lhe cópia do Parecer nº 1336/2019 – MP - RMAM (fls. 419/423), do Relatório/Voto e do presente decisório;

10.4. **Determinar** que a Secretaria do Pleno extraia cópia da presente Decisão e encaminhe à DICAMI para que seja encartada nos autos da Prestação de Contas do Município de Tabatinga no exercício de 2017, com o objetivo de ser verificado se os débitos previdenciários do Município de Tabatinga junto ao IPRETAB foram quitados ou ainda restam pendentes.

11- Ata: 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 30 de Abril de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL

Conselheiro Relator

EVELYN FREIRE DE CARVALHO

Procuradora-Geral, em substituição